

**A Memória de Gustavo Barroso na Memória Nacional
Forças Armadas, Neofascismo e Neointegralismo**

*The Memory of Gustavo Barroso in the National Memory
Armed Forces, Neofascism and Neointegralism*

*La Memoria de Gustavo Barroso en la Memoria Nacional
Fuerzas Armadas, Neofascismo y Neointegralismo*

*Erika Morais Cerqueira**

<https://orcid.org/0000-0001-6604-0361>

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar a trajetória de Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira, na constituição de um projeto de memória nacional. Procuramos demonstrar que, ao longo de sua carreira, Barroso alinhou relações com diversos setores militares. Desde os projetos apresentados à Câmara dos Deputados, ainda em 1917, até os convites para atuar como orador oficial da Biblioteca do Exército, a temática militar foi uma constante em sua atuação profissional. Tanto na criação do Museu Histórico Nacional, pensado inicialmente como um museu militar, quanto na cadeira de história militar do Curso de Museus, ou mesmo na chefia das milícias integralistas, Barroso foi um intelectual dedicado à história militar. Tal dedicação oportunizou retornos significativos, tanto do ponto de vista simbólico, por meio de condecorações, quanto pela oportunidade de publicar suas obras junto a uma editora prestigiada entre os militares. E, nesse sentido, ao investigar seu funeral, assim como a posterior transladação dos despojos mortais para Fortaleza, foi possível inferir aspectos fundamentais para a compreensão da memória que se constituiu logo após a sua morte. Foi possível perceber que, a despeito de seu posicionamento antissemita, rechaçado no pós-guerra, Barroso permaneceu como um autor cujas ideias foram recuperadas de acordo com os interesses do presente. Nesse sentido, vale refletir acerca da ascensão da extrema direita e os diversos usos do passado que esse processo tem mobilizado, especialmente porque, contraditoriamente às expectativas tecidas nas últimas décadas, a reedição das obras de Barroso vem demonstrando que suas tonalidades conservadoras ainda encontram um público leitor.

Palavras-chave: Gustavo Barroso. História. Forças Armadas. Neointegralismo. Neofascismo.

* Doutora em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, tem desenvolvido pesquisas no campo de estudos sobre memória, ritos e ritualizações da história, principalmente no que se refere à relação entre os museus, as comemorações cívicas e a escrita da história. Professora de História do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena. E-mail: erika.cerqueira@ifesudemg.edu.br

ABSTRACT: The purpose of this article is to investigate the trajectory of Gustavo Barroso (1888-1959), an intellectual dedicated to the study of Brazilian military history, in the constitution of a national memory project. We try to demonstrate that, throughout his career, Barroso established relationships with several military sectors. From the projects presented to the Chamber of Deputies, still in 1917, to the invitations to act as official speaker at the Army Library, the military theme was a constant in his professional activities. Both in the creation of the National Historical Museum, initially thought of as a military museum, and in the chair of military history in the Course of Museums, or even in the leadership of integralist militias, Barroso was an intellectual dedicated to military history. Such dedication provided attractive returns, both from a symbolic point of view, through decorations, and the opportunity to publish his works with a prestigious publishing house among the military. And, in this sense, when investigating his funeral, as well as the subsequent transfer of mortal remains to Fortaleza, it was possible to infer fundamental aspects for understanding the memory that was constituted soon after his death. It was possible to perceive that, despite his anti-Semitic position, rejected in the post-war period, Barroso is registered as an author whose ideas were recovered according to the interests of the present. In this sense, it is worth reflecting on the rise of the extreme right and the various uses of the past that this process has mobilized, especially since, contrary to the expectations woven in recent decades, the re-edition of Barroso's works has demonstrated that their conservative tones still find an audience reader.

Keywords: Gustavo Barroso. History. Armed Forces. Neointegralism. Neofascism.

RESUMEN: El objetivo es investigar la trayectoria de Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual dedicado al estudio de la historia militar brasileña, en la constitución de un proyecto de memoria nacional. Intentamos demostrar que, a lo largo de su carrera, Barroso estableció relaciones con varios sectores militares. Desde los proyectos presentados a la Cámara de Diputados, aún en 1917, hasta las invitaciones para actuar como orador oficial en la Biblioteca del Ejército, el tema militar fue una constante en su quehacer profesional. Tanto en la creación del Museo Histórico Nacional, inicialmente pensado como museo militar, como en la cátedra de historia militar en el Curso de Museos, o incluso en la dirección de milicias integralistas, Barroso fue un intelectual dedicado a la historia militar. Tal dedicación le proporcionó importantes réditos, tanto desde el punto de vista simbólico, a través de condecoraciones, como la oportunidad de publicar sus obras con una editorial de prestigio entre los militares. Y, en ese sentido, al investigar su entierro, así como el posterior traslado de los restos mortales a Fortaleza, fue posible inferir aspectos fundamentales para comprender la memoria que se constituyó poco después de su muerte. Se pudo percibir que, a pesar de su posición antisemita, rechazada en la posguerra, Barroso siguió siendo un autor cuyas ideas fueron recuperadas de acuerdo con los intereses del presente. En este sentido, vale la pena reflexionar sobre el ascenso de la extrema derecha y los diversos usos del pasado que ha movilizado este proceso, sobre todo porque, contrariamente a las expectativas tejidas en las últimas décadas, la reedición de las obras de Barroso viene demostrando que sus tonos conservadores todavía encuentran un público lector.

Palabras clave: Gustavo Barroso. Historia. Fuerzas Armadas. Neointegralismo. Neofascismo.

Como citar este artigo:

Cerqueira, Erika Morais. "A Memória de Gustavo Barroso na Memória Nacional: Forças Armadas, Neofascismo e Neointegralismo". *Locus: Revista de História*, 29, n. 1 (2023): 178-202.

Introdução

Durante seu tempo de vida (1888-1959) e, em particular, na época em que realizou suas produções letradas, Gustavo Barroso foi o intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira. Ao longo de sua trajetória, ele fez uso da imprensa como meio de divulgação de ideias, o que possibilitou a mobilização do espaço público, além da oportunidade de contato com expoentes das letras e da política. Esteve à frente de importantes veículos de comunicação, como o *Jornal do Comércio*, o periódico *A Noite* e a *Revista Fon-Fon*, em que explorou as habilidades de desenhista e cartunista. A estreia na literatura ocorreu com a publicação de *Terra de Sol*, responsável pela projeção nacional do escritor, o que teria possibilitado o seu ingresso, em 1923, na Academia Brasileira de Letras. E, em 1931, Barroso foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por meio de uma produção historiográfica militar. Vale ressaltar que a construção de sua trajetória intelectual ocorreu ao mesmo tempo em que Barroso atuava ativamente na política regional.

Ainda durante sua atuação como Deputado Federal (1915-1918), Barroso apresentou dois projetos à Câmara dos Deputados que promoviam temáticas militares, quais sejam, os “Dragões da Independência” e o “Dia do Soldado”. O primeiro projeto propunha a denominação do regimento de cavalaria do Exército como Regimento de Dragões da Independência e determinava o uso do fardamento tradicional, da guarda de honra de D. Pedro I, como primeiro uniforme¹. O projeto estabelecia, outrossim, como atribuições desse regimento, fazer a guarda do Palácio da Presidência em dias de festa nacional, realizar a escolta do Chefe de Estado e dos diplomatas estrangeiros e participar do desfile cívico de Sete de Setembro. A expectativa era a de que, nas comemorações do Centenário da Independência, em 1922, os Dragões pudessem alcançar um espaço de destaque nos desfiles e festas que rememorariam aquele acontecimento. Tal assertiva fomentou amplo debate na Câmara, especialmente entre aqueles que julgavam a proposta demasiado ostensiva e acusavam o relator de não levar em consideração o quadro econômico nacional, marcado por grave recessão². O projeto foi efetivamente implementado somente em 1926³.

¹ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, Projeto N. 71 – 1917, 20 de junho de 1917.

² Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 01 de setembro de 1917.

³ A Parada Militar, *Fon-Fon*, 11 de setembro de 1926.

O segundo projeto apresentado por Gustavo Barroso à Câmara dos Deputados - o Dia do Soldado - solicitava que o dia 24 de maio fosse considerado, em todo o território da República, o dia dedicado ao Soldado Brasileiro, tornando-se feriado nas repartições militares e ocasião de festas patrióticas e comemorações públicas nos quartéis⁴. A escolha da data de 24 de maio para o Dia do Soldado, no projeto em questão, obedeceu à intenção de situá-lo conjuntamente com a lembrança de um feito militar de relevo: a primeira batalha de Tuiuti. Contudo, o Dia do Soldado passou a figurar no calendário nacional quase uma década depois e em data diferente da proposta por Barroso, sendo comemorado no dia 25 de agosto, quando Caxias foi elevado às honras de Patrono do Exército Brasileiro⁵.

Nesta ocasião, com auxílio de Barroso, foi organizada a “Semana de Caxias” como parte das festividades do “Dia do Soldado”⁶. Tal evento pode ser pensado no âmbito dos estudos sobre funerais cívicos, prática que se configuraria em estreita relação com o comemoracionismo expresso no desfile dos Dragões da Independência, cuja operacionalidade estaria, em grande medida, voltada para a teatralização do passado, elemento caro à narrativa barroseana. Como espetáculos de ritualizações da história, marcados pelo apelo à memória, estes projetos podem ser compreendidos como mecanismos capazes de desempenhar uma função pedagógica (Catroga 2006). Dentre as várias formas de representar a história, consideramos que havia, em Barroso, uma intenção de convocar o passado mediante a exposição material dos vultos pátrios, o que tornava os museus instrumentos essenciais, tal como as comemorações cívicas, para a produção e a reprodução de uma memória nacional. Dessa forma, a criação e a inauguração do Museu Histórico Nacional, idealizado como um museu militar, foi parte significativa de um vasto conjunto de preparativos para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922.

Como parte das atividades do Centenário da Independência, o ministro Pandiá Calógeras encarregou Gustavo Barroso da organização de um álbum para o Ministério da Guerra, onde fossem reconstituídos todos os uniformes utilizados pelo Exército. O ministro teria escolhido Barroso por saber “do cuidado e da honestidade com que estudara o histórico dos Dragões da Independência”⁷, iniciativa que seria suficiente para se “avaliar o critério com que João do Norte encara as reconstituições históricas”⁸. O livro foi impresso em Paris e veio a público como edição

⁴ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 21 de novembro de 1917.

⁵ *A Noite*, 25 de agosto de 1923.

⁶ Semana de Caxias, *Jornal do Comércio*, 21 de agosto de 1949.

⁷ Vamos ter finalmente o Museu Histórico. *A Pátria*, 17 de agosto de 1922.

⁸ Vamos ter finalmente o Museu Histórico. *A Pátria*, 17 de agosto de 1922. Cumpre mencionar que, neste contexto, Gustavo Barroso fazia uso de pseudônimos para assinar alguns trabalhos na imprensa. Ele frequentemente empregava os termos João do Norte, Cláudio França, Jotaene e Nautilus.

oficial do Ministério da Guerra em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Com desenhos, aquarelas e documentos de José Wash Rodrigues e texto organizado por Barroso, a obra foi dedicada ao ministro Pandiá Calógeras.

Dividido em três partes, o livro apresenta 223 estampas elaboradas por Wash Rodrigues, minuciosamente descritas ao longo do texto, de forma a contemplar a “evolução” dos fardamentos ao longo da história⁹. A primeira parte é intitulada “História da Organização do Exército e de seus Uniformes” e está ordenada em oito capítulos, que contemplam a organização política do Brasil, desde a Colônia à República. O último capítulo é dedicado ao estudo da Guarda Nacional - sua história e sua indumentária. Trata-se de uma transcrição detalhista das alterações da indumentária militar, apresentada como uma sucessão ininterrupta e, de certa forma homogênea, de variações.

A segunda parte apresenta um catálogo com a documentação geral da obra, listando tanto as fontes bibliográficas, quanto as documentais. Os documentos estão dispostos como fontes escritas, iconográficas e peças de indumentária. Há uma preocupação quanto à identificação dos arquivos e acervos pessoais utilizados para consulta. A terceira parte divulga, por fim, o índice geral das estampas, organizado em “Período Colonial”, “Primeiro e Segundo Reinado”, “República” e “Guarda Nacional”. A obra, em seu conjunto, elabora uma narrativa da história militar do Brasil por meio dos uniformes do Exército, descrevendo a formação dos primeiros corpos e regimentos, assim como a fundação das primeiras fábricas de armamentos no país.

Há uma descrição das formas de recrutamento, acompanhada por uma exposição acerca da origem social e étnica dos milicianos, com a identificação dos requisitos necessários para as funções consideradas superiores. A análise da indumentária contempla cores, recortes, formatos, adereços, bordados e tecidos - além de preços e origem dos elementos que compunham o vestuário e os utensílios inerentes ao exercício de cada arma. A influência da moda civil nos uniformes militares é mencionada, com destaque para as interferências estrangeiras no fardamento nacional, notadamente a inglesa e a francesa. Evidencia-se, em um primeiro momento, a defesa de uma suposta tradição dos trajes militares e, ao final, um lamento acerca das modificações empreendidas ao longo do tempo, responsáveis pela perda de emblemas e símbolos “exclusivamente nossos” (Barroso 1922, 68).

Os uniformes evocariam a presença do passado e, essencialmente, a figura dos grandes homens que os vestiram. Personagens que, desde o período primordial de criação da nação,

⁹ “Uniformes do Exército Brasileiro” figura como uma referência clássica neste campo de estudos. Conforme Adilson José de Almeida, “além de iniciativas pontuais, o que predomina, de fato, no estudo dos uniformes militares é a produção de Gustavo Barroso e Wash Rodrigues. Na verdade, não se pode afirmar que com eles se consolidou um campo de estudos. Os títulos são poucos ainda, mas não podemos deixar de apontar o fato de que as publicações mais expressivas a respeito dos uniformes do Exército, até hoje, é da lavra destes dois autores” (Almeida 1998,18).

figurariam como os seus grandes artífices. A defesa da tradição, materializada nos emblemas e símbolos, seria um artifício capaz de assegurar que, aos feitos monumentais do passado, se seguiria um presente igualmente monumental. Os atores do presente, ao vestirem os uniformes do passado, representariam seus antepassados e se identificariam com eles, pois seriam dotados da capacidade de atualizar os grandes acontecimentos. A medida em que narra a evolução da indumentária, Barroso narra a história de um povo - suas táticas, suas batalhas, sua coragem e, fundamentalmente, sua tradição.

Assim como os uniformes, outros vestígios materiais pertencentes às figuras do passado, sobretudo as militares, deveriam ser expostos ao público a fim de realizar um trabalho educativo. Nesse sentido, destacamos a elaboração da “Sala Osório” no contexto das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, quando ocorreu a inauguração do Museu Histórico Nacional. Dedicado à memória do Gal. Manoel Luís Osório, o espaço evocava a Guerra do Paraguai, por meio de uma coleção composta, majoritariamente, por peças doadas por Manuela Osório, filha do General Osório. A “Sala Caxias”, outro espaço dedicado à memória militar, permite a compreensão do Museu enquanto fabricante de culto aos heróis, mediante uma visão profundamente idealizada do passado e uma relação sensível com os objetos - expressas na forma como o público se relacionava com o acervo, notadamente durante as décadas de 1920 a 1940.

Um elemento importante na mediação das relações entre o público e o acervo foi a produção de uma vasta obra historiográfica que, ao referenciar os objetos expostos no Museu, convidava expectadores a vasculharem as salas da instituição. O acervo do MHN, reunido e exposto em determinadas salas, conformava a biografia de determinadas personagens da história nacional. Contudo, para assegurar a efetividade dessa construção, Barroso fazia uso de outros dispositivos narrativos sobre o passado, como suportes de informação externa ao objeto. Neste sentido, é importante destacar a expressiva produção de biografias elaboradas pelo escritor entre 1928 e 1945¹⁰.

As biografias assinadas por Barroso estavam em diálogo com as experimentações que este gênero vivenciou durante a década de 1930, marcadas pela tentativa de humanização das personagens. Dessa forma, a construção do herói barroseano esteve relacionada à ideia de *grande homem* - noção que orientava o fazer biográfico desde o Oitocentos. Consideramos que, ao narrar a trajetória dos combatentes do passado, Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou “testemunhas”, oferecendo-lhes uma experiência do passado. A hipótese é de que havia uma

¹⁰ A este respeito, conferir: Cerqueira, Erika Morais. “Heróis de Papel: literatura e ficção na escrita da história de Gustavo Barroso”. Em: Cerqueira, Erika Morais. *Uma Pedagogia da História pelo Afeto: Gustavo Barroso e os diversos usos do passado*. Tese de doutoramento, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

ambição pedagógica, pois o que se acompanhava, por meio destes relatos de vida, não era tanto a evolução do caráter da personagem, mas, antes, a maneira como suas virtudes eram postas à prova em diferentes momentos.

Por estas vias de análise, procuramos evidenciar que a temática militar foi uma constante ao longo da trajetória intelectual de Gustavo Barroso e, nesse sentido, ao investigarmos seu funeral, assim como a posterior transladação dos despojos mortais para Fortaleza, é possível inferir aspectos fundamentais para a compreensão da memória que se constituiu logo após a sua morte. Importa-nos mencionar a presença dos Dragões da Independência durante o cortejo fúnebre, denotando honras de chefe de Estado, homenagem que poucos civis receberam. Durante a transladação dos restos mortais, em 1969, a urna funerária “repousou” no Museu Histórico Nacional e, em seguida, foi transportada para o Ceará em uma embarcação da Marinha de Guerra e depositada em uma praça em frente ao colégio onde Barroso estudou durante a infância. A imprensa registrou a presença do presidente da República, Castelo Branco, e a inauguração de uma estátua no local. Tal ritualística demonstra grande investimento do ponto de vista do simbólico.

Na memória nacional, a memória de Barroso foi evocada por prismas distintos e, tal como temos buscado demonstrar, a temática militar foi recorrente. Tal viés analítico pode ser compreendido como uma estratégia urdida pelo próprio escritor ao longo de sua vida, inclusive na trilogia de memórias publicadas entre os anos de 1939 a 1945, como artifício para “silenciar” outros eventos de sua história, especialmente a atuação integralista e o antissemitismo propagados em suas obras (Caldeira Neto e Gonçalves 2020).

A Memória de Gustavo Barroso nas Forças Armadas

A dedicação de Barroso à história militar proporcionou certo reconhecimento no interior das Forças Armadas, que lhe concederam, ainda em vida, como gesto de retribuição, as honras de General de Brigada. O projeto foi apresentado por Danton Coelho às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional e, em 23 de outubro de 1958, foi aprovado pelo Congresso Nacional. A justificativa apresentada foi a de que Gustavo Barroso “vem, desde sua mocidade, dedicando-se à história militar brasileira e é hoje, incontestavelmente, uma das maiores autoridades neste ramo da história do Brasil”¹¹. Outro fator que atestava o direito às honras pretendidas era o fato de Barroso ser também “biógrafo de imortais cabos de guerra do Brasil, como Caxias – Patrono do Exército Nacional”, além de ser o autor do projeto “que se convertera na lei que criou o atual Regimento de Dragões da Independência”.

¹¹ *Diário do Congresso Nacional*. Projeto N. 4.660, de 23 de outubro de 1958.

O texto mencionava ainda o destaque concedido aos assuntos militares, principalmente ao Exército, “desde o início do Museu Histórico Nacional, criado há mais de trinta anos por sua inspiração, a parte atinente às coisas militares”. Os argumentos apresentados solicitavam a “justa concessão das honras de General a esse grande entusiasta de nossa história militar e dos nossos grandes cabos de guerra”, como uma “recompensa à sua perseverante dedicação às causas de interesse do Exército Nacional”.¹² Tal homenagem seria, ainda, uma demonstração do reconhecimento nacional ao “militar sem farda”, tantas vezes condecorado por ordens e governos internacionais por suas atividades.

O Projeto de Lei foi considerado uma homenagem “inteiramente justa” pelo General Umberto Peregrino, diretor da Biblioteca do Exército, que afirmou que, “mais do que General, Marechal seria o autor de ‘O Brasil em face do Prata’”¹³. Peregrino, ao mencionar as obras de caráter histórico, destacou os estudos sobre os uniformes militares, assim como o livro “História Militar do Brasil”, que “continua a ser obra de grande valia no gênero”. Sobre a dedicação de Barroso ao passado militar, Peregrino asseverou não haver “ninguém melhor conhecedor das nossas jornadas de glória, ninguém mais ardorosamente consagrado à defesa dos nossos feitos guerreiros, ninguém mais afeiçoado às nossas tradições militares”. Atributos que motivaram o Exército a “reconhecer-lhe tudo isso”, sendo “franca e calorosamente solidário com as homenagens que ora lhe prestam”, resultado de uma trajetória de “setenta anos de vida limpa, laboriosa, ilustre e vitoriosa”¹⁴.

Ao longo de sua trajetória profissional, Barroso reuniu mais de cem diplomas que foram depositados no MHN, organizados em três categorias: diplomas de medalhas, diplomas de condecorações e certificados diversos¹⁵. Desse total, 46 diplomas foram concedidos por instituições estrangeiras e 17 estavam diretamente relacionados às Forças Armadas. Entre eles, constava o diploma da Medalha Comemorativa do Sesquicentenário do Arquivo do Exército, concedido durante a comemoração do septuagésimo aniversário do escritor, festejado no Museu Histórico Nacional. Nessa ocasião, o Coronel Arcy da Rocha Nóbrega, secretário do Ministério da Guerra, “reconheceu publicamente que o Exército muito deve ao ‘soldado de alma e coração, civil porque não veste farda’”¹⁶. O secretário “enunciou os inumeráveis serviços” prestados pelo “historiador honesto” ao Exército Brasileiro. Informou que a “Esquematização da História Militar do Brasil”

¹² *Diário do Congresso Nacional*. Projeto N. 4.660, de 23 de outubro de 1958.

¹³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1958.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1958.

¹⁵ Processos de Entrada de Acervo. Proc. nº 01/60, Museu Histórico Nacional, 1960.

¹⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

que planejou, “para ser uma verdadeira Enciclopédia do Exército Brasileiro”, estava em “plena realização pela Biblioteca do Exército”¹⁷. Ao afinal, reafirmou a dívida do Exército àquele que, “à paisana, integra suas fileiras espirituais e delas jamais se afastou”, de tal forma que “suas ideias e sugestões vingam sempre”, pois “o Exército não o esquece”¹⁸. Barroso foi o primeiro civil a receber a medalha.

O Ministro Matoso Maia também compareceu à solenidade no Museu Histórico Nacional, ocasião em que entregou “ao escritor a condecoração máxima que a Marinha de Guerra lhe concedia”¹⁹. A Biblioteca do Exército prestou tributo a Barroso, inaugurando uma exposição no Palácio da Guerra com livros, cartas, documentos e objetos do escritor²⁰. O General Batista Matos afirmou que Barroso “muito tem feito pelo Exército com suas obras”, que demonstram um “nacionalismo muito diferente do que hoje se ensaia”, sem “intuitos demagógicos e eleitoreiros”²¹. Em resposta, Barroso agradeceu à homenagem que, de todas as que foram prestadas, “era aquela a que mais emocionava porque era chamado de militar, dentro de um prédio militar”²². Após recordar a infância, quando desejava seguir a carreira militar, o escritor afirmou sua confiança no futuro do país, que desejava ver “caminhando a passos de gigante”, momento em que seus “ossos na sepultura tremerão de prazer”²³.

As relações de Barroso com a Biblioteca do Exército vinham de longa data e foram especialmente fortalecidas ao longo da década de 1950, quando o General Umberto Peregrino assumiu a direção da instituição²⁴. Entre os meses de março e abril de 1952, a Editora da Biblioteca do Exército publicou o livro “O Brasil em Face do Prata”, de Gustavo Barroso²⁵. Alguns anos depois, lançou o livro “Osório: o homem, o soldado, o político e o parlamentar”, que Barroso

¹⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

¹⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

¹⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

²⁰ *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1958.

²¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

²² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

²³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

²⁴ A Biblioteca do Exército descende, em alguma medida, da Biblioteca Militar, inaugurada durante a monarquia. Oficialmente, a Biblioteca foi fundada em 1881, pelo então Ministro da Guerra, Franklin Dória, o barão de Loreto. Desde então, suas atividades se limitaram ao empréstimo de obras militares e da literatura mundial, e, somente em 1937, ela se tornou uma editora. Nessa época, a Biblioteca se tornou “um mecanismo utilizado pelo Exército no processo de construção de sua identidade social e também em sua afirmação como corporação”, especialmente porque, “para os oficiais que estiveram à frente dos novos órgãos do Exército nos anos 1930, o Exército possuía a tarefa de educar e civilizar o país” (Berkowicz 2014, 118). O general Umberto Peregrino foi diretor da instituição entre 1950 e 1960 e, em meados de 1980, com idade avançada, escreveu “História da Biblioteca do Exército”. Hoje denominada Biblioteca do Exército Editora – Bibliex – esta instituição continua em plena atividade editorial.

²⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1953.

publicou em coautoria com Umberto Peregrino e R. Magalhães Júnior²⁶. Além disso, Barroso foi o prefaciador da obra “Fortificações do Brasil”, de autoria do Coronel Annibal Barreto, publicada pela editora da Biblioteca do Exército, em 1958²⁷.

Nessa época, Barroso era um escritor consagrado e experiente. Em sua última década de vida, recebeu muitos convites e, entre eles, consta a solicitação para participar da elaboração de um número da *Revue Internationale d'Histoire Militaire*. Dedicada às Forças Armadas brasileiras, essa edição teve, como seus principais organizadores, o General Antônio de Souza Júnior e o Coronel Ivano Gomes²⁸. Esse número da revista ficou a cargo da 5ª seção da Subchefia Executiva do Estado-Maior do Exército e apresentou “farta colaboração sobre a evolução das Forças Armadas”. Tal produção atendia a um pedido da “Comission d’Histoire Militaire Comparée”, feito à Embaixada do Brasil na França. E, ao final do ano de 1952, “sob os auspícios e responsabilidade do Exército”, o governo do Brasil publicou um número da *Revue Internationale d'Histoire Militaire*. Entre seus colaboradores, constava o nome de Gustavo Barroso, cujo estudo versava sobre a “A Armaria do Museu Histórico Nacional”²⁹.

O escritor foi convidado pela Biblioteca do Exército para participar como orador da solenidade inaugural da Exposição Venezuelana³⁰, organizada por Josefina de Almeida, fundadora da Biblioteca Venezuelana no Rio de Janeiro³¹. A presença de Barroso na Biblioteca do Exército foi constante ao longo do ano de 1956, especialmente devido ao Prêmio General Tasso Fragoso, criado pela instituição e que concedia o valor de Cr\$50.000,00 ao ganhador³². O Prêmio era destinado a estudo inédito de “cultura militar” e constava, na comissão julgadora do evento, o nome de Gustavo Barroso e do General Humberto Castelo Branco, além de outras personalidades estudiosas dos assuntos militares³³.

A entrega do prêmio ocorreu em janeiro do ano seguinte, quando a instituição comemorou o aniversário de sua fundação, em 1882, com o lançamento do primeiro volume da reedição da obra “História da Guerra entre e Tríplice Aliança e o Paraguai”, do General Tasso Fragoso. No programa das festividades estava previsto que Gustavo Barroso faria a saudação aos autores premiados e, em seguida, o General Humberto Castelo Branco faria o discurso oficial alusivo à

²⁶ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1959.

²⁷ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1958.

²⁸ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1953.

²⁹ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1953.

³⁰ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1956.

³¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de maio de 1956.

³² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1956.

³³ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1956.

nova edição da obra³⁴. O diretor da Biblioteca, Umberto Peregrino, “expediu convites às autoridades civis e militares e à imprensa para assistirem à referida solenidade” que, embora comportasse a presença de civis, demonstrava abertamente a tipologia do estrato social que ambicionava reunir³⁵. Em reunião secreta na Biblioteca do Exército, a comissão julgadora classificou em primeiro lugar o trabalho do General Estevão Leitão de Carvalho, intitulado “A Paz do Chaco”, e concedeu menções honrosas aos trabalhos classificados em segundo e terceiro lugares.

Gustavo Barroso foi convidado para proferir uma conferência no auditório da Biblioteca do Exército. A solenidade fazia parte de um conjunto de comemorações pelo sesquicentenário do nascimento de Osório, planejadas para ocorrer em maio de 1958, sob a denominação de “Semana de Osório”. A instituição decidiu organizar um “Curso sobre Osório”, com três conferências e, em cada uma delas, “se focalizava aspecto distinto da personalidade de Osório”³⁶. A conferência “O soldado” foi pronunciada por Barroso; “O homem”, pelo General Umberto Peregrino; e “O político e o estadista”, pelo acadêmico R. Magalhães Júnior. Todas as conferências tiveram “assistência numerosa e interessada”³⁷. É importante ressaltar que o evento foi organizado por uma instituição militar e realizado em um prédio militar, no entanto, coube a um historiador civil a responsabilidade de apresentar a feição militar de uma das principais figuras da história militar nacional. Tal aspecto merece ser realçado no intuito de compreender a importância que Barroso foi adquirindo no interior das Forças Armadas, chegando, até mesmo, a falar sobre eles e por eles, em espaços que são, inclusive, interditados à maioria dos civis.

Acerca da palestra, Barroso relatou ao *Jornal do Brasil* que “falar de Osório é falar das muitas batalhas que ele venceu”, feitos que o tornaram um “soldado admirável”, o que se pode perceber “desde o seu ingresso na tropa aos 15 anos, até o ápice de sua carreira, quando, com 71 anos, recebeu do Brasil as mais altas homenagens”³⁸. As festividades do presente eram, aos seus olhos, resultado de “veneração e respeito, prêmio de uma vida inteira dedicada à sua pátria”. Conforme Barroso, um dos maiores feitos de Osório foi a organização dos Voluntários da Pátria, quando estava aquartelado em território argentino e se apresentaram “homens vindos de todos os pontos de nosso território”. Apenas civis, “não conheciam nada da vida militar” e, desses civis, Osório “formou 76 batalhões de soldados valentes e fortes, que cobriram de glória a história do Brasil”³⁹.

³⁴ *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1956.

³⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1956.

³⁶ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1958.

³⁷ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1958.

³⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1958.

³⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1958.

Para além da parcialidade quanto à atuação brasileira na Guerra do Paraguai, é interessante notar a percepção de Osório como uma liderança educativa e formadora. Valores que se estenderiam ao presente, disseminando uma versão das Forças Armadas como instituições dedicadas ao aperfeiçoamento técnico e moral da nação.

A dedicação de Barroso às Forças Armadas foi tematizada por Antônio da Silva Melo, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, quando passou a ocupar a vaga deixada por Gustavo Barroso. Ao traçar o elogio de seu antecessor, o acadêmico afirmou que Barroso seria o “escritor brasileiro que mais estudou e exaltou as nossas tradições militares”⁴⁰. Inclusive porque “ele, anonimamente, procurou colaborar na reforma dos uniformes do Exército, efetuada em 1907”. Nessa época, Barroso teria auxiliado “enviando ao Ministério da Guerra, pelo correio, uma série de desenhos com projetos de fardamento, tendo sido aceitas algumas de suas sugestões”. O orador consideraria que “a obra máxima de Gustavo Barroso, que foi a criação do Museu Histórico, veio, sem a menor dúvida, da sua vocação militar”, o que poderia ser observado em seus textos em defesa das tradições militares⁴¹.

O Curso de Museus, que funcionou nas dependências do MHN de 1932 a 1979, possuía em seu currículo a disciplina história militar do Brasil, ministrada por Barroso que, além de lecionar as aulas, elaborou um conjunto de textos que deveria funcionar como material de apoio. Posteriormente, esses textos foram compilados na obra “História Militar do Brasil”. Após a morte de Barroso, o General Umberto Peregrino reivindicou a cadeira para as Forças Armadas, informando o desejo de que o Exército indicasse “aquele que, capacitado intelectualmente para lecionar a matéria, pudesse fazê-lo dentro do espírito desejável, isto é, valorizando as nossas tradições militares e extraindo delas saudáveis ensinamentos cívicos”⁴². Peregrino temia que a disciplina caísse sob o “domínio de algum professor que não tivesse no devido apreço as nossas tradições militares, nem considerasse com justiça o papel histórico das Forças Armadas”.

O contra-almirante César Augusto Machado de Fonseca, diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha, dirigiu uma carta a Peregrino considerando que “a história militar se desenvolve pelos três setores distintos de que se compõem as Forças Armadas”, de tal forma que lhe parecia justo “entregar o ensino de cada um daqueles setores aos historiadores que neles se especializassem, indicados pelos respectivos Estados-Maiores”. E ainda, o curso deveria “ministrar a história militar universal”. Por outro lado, por se tratar de uma instituição civil em que o ensino deveria ser ministrado por um único professor, o missivista aconselhou que fosse realizado

⁴⁰ *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1961.

⁴¹ *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1961.

⁴² *Diário de Notícias*, 07 de agosto de 1960.

um “concurso com a participação de civis e militares”. A questão teve fim com a informação de que não se tratava de uma cátedra, mas apenas de aulas, cujo professor recrutado atuava sob a condição de “extra-numerário”. Dessa forma, com a morte de Barroso e a extinção dos “extra-numerários”, a cadeira deveria ser extinta⁴³.

A disciplina foi inserida no currículo por Barroso e, no terceiro ano, os alunos recebiam aulas sobre história militar e naval do Brasil, que priorizavam a história do armamento (armas, fortalezas e navios - na Colônia, no Império e na República). A principal queixa era a de que a disciplina contava com 28 aulas, sendo apenas 4 delas destinadas a temas específicos da Marinha. Assim, o curso, que foi ministrado pelo “ilustre e saudoso historiador”, carecia de reorganizações orientadas pelos “especialistas”, pois parecia “óbvia” a necessidade de dar a ele, “no futuro, organização mais lógica e produtiva”⁴⁴. Dessa maneira, é possível perceber que, tanto o currículo do curso quanto a organização das disciplinas, eram resultado de inclinações e veleidades de Barroso.

Barroso orquestrava praticamente todas atividades empreendidas no âmbito do Museu Histórico e muitas iniciativas assumiam um caráter acentuadamente pessoal, como resultado das alianças que o diretor buscou reunir ao longo de sua trajetória profissional. Cumpre ressaltar que essas alianças eram cultivadas nas instâncias pessoais e profissionais, de tal forma que não é possível precisar os limites entre a intimidade e a vida pública de Barroso. Tais laços possibilitaram ganhos para o Museu, tanto pelas vultosas coleções ofertadas por famílias abastadas, quanto pelas organizações que passaram a contar com o MHN na composição de atividades conjuntamente. Após o falecimento de Barroso, tais organizações mantiveram suas relações com o Museu. A esse respeito, merece destaque a instituição do Prêmio na Escola Naval, criado no final da década de 1960, na Gestão Léo Fonseca e Silva, e instituído na década de 1970, através do convênio entre o MHN e a Escola Naval. “O prêmio era constituído de um espadim, de modo que era conferido aos alunos do 3º ano que estivessem matriculados na Seção de Museus Históricos e obtivessem a maior nota na disciplina História Militar e Naval” (Siqueira 2011, 94).

A Biblioteca do Exército manteve a avaliação positiva da obra de Barroso e, na ocasião de sua morte, recordou que, “recentemente”, ele foi o “orador oficial na abertura da solenidade de transladação dos despojos de Deodoro para o monumento da Praça Paris”⁴⁵. Nesse evento, o escritor “produziu discurso notável em que dava definitiva interpretação da questão militar”, de tal forma que sua morte “desfalca as letras militares de um dos escritores que lhe deram mais numerosa

⁴³ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1960.

⁴⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1960.

⁴⁵ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1959.

e expressiva contribuição”. Da Biblioteca do Exército, Barroso era “o ilustre pesquisador da nossa história militar”, além de “grande amigo, que lhe prestigiava a ação calorosamente”. A obra “História Militar do Brasil” ocupava, na perspectiva da instituição, “lugar até agora insubstituível na bibliografia militar brasileira, como especial é o sabor do retrato que compôs de Osório”. Acerca de sua vasta produção, os redatores comentaram que, “embora tenha sido romancista, contista, folclorista, historiador, eram os temas de história militar que mais assiduamente o atraíam”. Ao final, a reportagem listou as obras de história militar, os pseudônimos usados por Barroso e “as obras que considerava as principais da sua copiosa bagagem intelectual”⁴⁶.

Pelo que foi exposto até o momento, é possível perceber que Gustavo Barroso foi alinhavando relações com setores militares diversos ao longo de sua trajetória. Desde os projetos apresentados à Câmara dos Deputados, ainda em 1917, até os convites para atuar como orador oficial da Biblioteca do Exército, a temática militar foi uma constante em sua atuação profissional. Tanto na criação do Museu Histórico Nacional, pensado inicialmente como um museu militar, quanto na cadeira de história militar do Curso de Museus, ou mesmo na chefia das milícias integralistas, Barroso foi um intelectual dedicado à história militar. Se tal dedicação era fruto de uma inclinação natural desde a infância, urdida por meio de um devotamento e destituída de interesses mundanos, como o próprio autor insistiu várias vezes, não nos cabe julgar. Contudo, é importante assinalar que essa afeição “desinteressada” oportunizou retornos significativos, tanto do ponto de vista simbólico, por meio de condecorações, quanto pela oportunidade de publicar suas obras junto a uma editora prestigiada entre os militares⁴⁷.

De forma bastante velada, era por meio dessas trocas de elogios que os “espaços” se abriam. Espaços interditados à maioria dos civis e que denotavam prestígio, algo que Barroso ambicionava, além da autoridade que passava a gozar ao falar por uma instituição que era emblema de autoridade e tradição. Essa “troca de favores”, que fazem lembrar a noção de dádiva⁴⁸, foi algo fortemente presente na trajetória de Barroso e que ele soube mobilizar com relativo sucesso, talvez por se tratar de um hábito arraigado nos segmentos tradicionais da sociedade brasileira. Grupos que

⁴⁶ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1959.

⁴⁷ Cumpre mencionar que Gustavo Barroso foi uma das principais lideranças do Movimento Integralista, tendo disputado com Plínio Salgado a presidência do Partido, por meio de uma eleição conduzida pelos membros da AIB. Vale destacar que os integralistas apoiaram a Ditadura Civil-Militar e que muitos integralistas ocuparam postos governamentais de primeiro escalão, inclusive, “para muitos militantes, o regime de 1964 possuía não apenas representações, mas concepções integralistas (Caldeira Neto e Gonçalves 2020, 112). Desta forma, é possível que a aproximação entre os integralistas e os militares tenha favorecido a construção de uma imagem positiva de Barroso nas Forças Armadas e auxiliado na execução de várias homenagens ao final de sua vida e mesmo após a sua morte.

⁴⁸ A Teoria da Dádiva, em seu sentido antropológico, está fundada no tripé: dar, receber, retribuir. Conforme Marcel Mauss (1974), cada uma dessas ações cria laços e vínculos entre os atores da relação. Tal noção está baseada na compreensão de que, ao doar um objeto, o doador estabelece uma obrigação face a seu receptor.

reivindicavam a observância de determinados códigos de conduta típicos de uma sociedade nobiliárquica que, mesmo décadas após o fim do Império, permanecia saudosa desses elementos de distinção. Essa dinâmica simbólica foi mobilizada por Barroso de forma evidente na aquisição de coleções para o Museu Histórico e de maneira não menos expressiva em suas investidas junto às Forças Armadas. Embora em contextos históricos diversos, o sepultamento e a transladação ofereceram a Barroso o “retorno simbólico” de uma “dívida” que as Forças Armadas contraíram com o “militar sem farda”.

É importante recordar que a ritualística empregada durante a transladação dos restos mortais de Gustavo Barroso esteve bastante próxima das características que marcaram os funerais de presidentes militares do pós-1964. Nesse caso, o caráter apoteótico do evento estaria “mais relacionado à suntuosidade e à rígida ordenação cerimonial do que à consagração popular, em vários casos pretensamente sobrepesada pela pomposidade do arsenal cívico-militar mobilizado” (Marcelino 2015, 269). No caso de Barroso, chama a atenção o fato de ter recebido “honras de chefe de Estado”, inclusive a presença do presidente da República e autoridades, sem ter ocupado esse posto ao longo de sua trajetória pública. Segundo Gonçalves (2000, 247), durante a Primeira República, várias personalidades tiveram os funerais pagos pelo Estado, mas poucos, como Rui Barbosa e Rio Branco, tiveram honras de chefe de Estado sem o ser. Além disso, seu funeral contou com “honras militares”, o que tornou o ritual ainda mais suntuoso, do ponto de vista simbólico, embora Barroso nunca tenha pertencido às Forças Armadas. Tais elementos sugerem uma enorme disposição dos poderes instituídos em favor da sua “consagração cívica”, dando o tom de uma festa nacional.

Os funerais de ex-presidentes da República civis ocorridos nesse período receberam um investimento simbólico menor se comparados ao de Barroso, ao menos do ponto de vista do aparato cívico-militar empregado pelos organizadores. As exéquias de Juscelino Kubitschek e de João Goulart foram exemplos de casos em que o “afastamento compulsório da vida pública seria um elemento marcante, assim como a intransigência do governo militar para evitar a elaboração de faustosos funerais” (Marcelino 2015, 257). Nesses funerais, os “populares se tornariam claramente o elemento principal, conformando-se como atores fundamentais na ressignificação dos aspectos próprios ao cerimonial”. (Marcelino 2015, 257). No sepultamento de Juscelino Kubitschek não havia qualquer representante do governo e no caso de João Goulart, além de não decretar luto

oficial, o governo impediu que seu velório fosse realizado nas grandes cidades e proibiu a veiculação de maiores informações sobre sua vida pública na imprensa⁴⁹.

Segundo Douglas Attila Marcelino (2015, 263), João Goulart seria o “único presidente do pós-1930 a não contar com qualquer cerimonial oficial de homenagem a um chefe de Estado”. Várias iniciativas do governo demonstravam a intenção de esvaziar o sentido simbólico daquele evento. Atitudes que destoam da atenção concedida a Barroso, em duas ocasiões, tanto em seu sepultamento no Rio de Janeiro, quando no traslado para Fortaleza. Em ambos os eventos, os presidentes da República estiveram presentes e foram realizadas honras militares, com tiros de canhões e toques de clarim. Os Dragões da Independência carregaram a urna funerária, gesto que não foi dispensado a nenhum civil e, inclusive, a nenhum dos ex-presidentes mencionados.

Outro elemento que sobressai nos funerais de Barroso é a organização da comissão responsável pela transladação dos restos mortais, composta na sua quase totalidade por militares de alta patente, incluindo o irmão do presidente da República, o que parecia reforçar ainda mais a aparência de “honras de chefe de Estado”. A título de comparação, é interessante recordar o processo de traslado dos despojos de Pedro II e Teresa Cristina, ocorrido na década de 1920, quanto coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro organizar as exéquias. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2009, 78), naquela ocasião, temia-se que o evento tomasse a conotação de um tributo à extinta monarquia, o que levou as autoridades do governo a manterem um distanciamento “estrategicamente calculado”.

Inclusive, o presidente da República Epitácio Pessoa, que se mostrou interessado na revogação do banimento da família imperial e no repatriamento dos despojos mortais dos imperadores, não compareceu às exéquias. Ao conferir ao IHGB a organização das exéquias “evitava-se que o funeral se confundisse com uma questão de Estado” (Guimarães 2009, 77). Desse modo, torna-se ainda mais evidente o quanto os funerais podem tocar em questões sensíveis no imaginário político e, exatamente por isso, a participação ativa dos militares na organização do traslado dos restos mortais de Barroso informa sobre o quanto eles estavam comprometidos com o ritual.

A comissão organizadora acabou conferindo um claro acento militar ao evento. A esse respeito, Roberto da Matta (1996, 56), em seu estudo sobre os três modos básicos por meio dos quais se pode ritualizar no mundo brasileiro (a procissão, a parada militar e o carnaval), demonstrou que, nos eventos organizados pelas Forças Armadas, o ritual assume “um princípio organizatório

⁴⁹ No funeral de Castelo Branco, primeiro ex-presidente militar a ser sepultado no pós-1964, é possível observar diferentes formas de aparição e de representação do poder, sobressaindo elementos que “ênfatizam a hierarquia e a forma solene de lidar com ele” (Marcelino 2015, 272).

hierárquico”. Além da hierarquia, nesses eventos são acentuadas as noções de ordem, solenidade e respeito. No caso de Barroso, é possível notar o reforço da hierarquia, evidente na centralidade conferida às autoridades, que são as condutoras do evento, reservando pouco espaço para a intimidade.

Desde a exumação dos restos mortais e a exposição no Museu Histórico até a transladação e a deposição da urna funerária no monumento ao escritor, é possível notar um ritual “rigidamente” organizado sem uma orientação evidente da família. A esposa e os filhos participaram do evento em uma posição bastante passiva, na condição de convidados que assistem ao ritual e não na situação daqueles que assumem a direção dele. Tal condição não implica na falta de importância dos familiares na solenidade, uma vez que são frequentemente mencionados e a viúva tem sua presença registrada nas fotografias ao lado das autoridades.

Ao mencionarmos a posição da família nesses relatos, desejamos, fundamentalmente, explicitar que os organizadores afastaram a ideia de uma cerimônia íntima, conferindo um caráter acentuadamente público à solenidade. Tal desejo por publicidade é, de fato, o que nos interessa. Uma hipótese a ser considerada é a de que, durante os eventos, os valores cultivados por determinadas instâncias da sociedade foram intensificados, pois mais que elogiar o morto, os oradores louvaram seus lugares de pertencimento. Espaços consagrados até o começo dos anos 1920, como a Academia Brasileira de Letras, não gozavam do mesmo prestígio durante a década de 1960. Assim, a promessa de imortalidade conferida pela instituição encontrava o momento adequado para se afirmar.

Nesse sentido, é importante considerar que, apesar da pluralidade de atores presentes na cerimônia fúnebre, “as decisões sobre onde, quando e como eles tomariam lugar neste *ritual cívico* republicano cabiam aos promotores da encenação” (Bonafé 2008, 102). Havia grande investimento no caráter militar da obra de Barroso, aspecto valorizado tanto pelos discursos pronunciados durante o funeral e pelas notas publicadas pela imprensa, quanto pela participação dos militares no féretro. A análise dessa questão deve levar em consideração o contexto em que a transladação ocorreu e, fundamentalmente, o valor da obra de Barroso para as Forças Armadas. Tratava-se de um “pensador” que, ao longo de sua vida, adquiriu notoriedade entre os militares como porta-voz de sua história e de seus emblemas, além de ter se intitulado como guardião de suas tradições. As honrarias concedidas pelas Forças Armadas ao longo de sua vida seriam um atestado de que não eram indiferentes ao seu esforço e, inclusive, o simbolismo que cercava esses rituais de reconhecimento remetia a valores divulgados por Barroso. Cumpre recordar que, ao desembarcar em Fortaleza, a urna funerária foi saudada por militares das três Armas, algo inédito nos funerais civis.

Ao dedicar a Barroso as honras repletas do simbólico que ele tanto valorizou em vida, as Forças Armadas, ao mesmo tempo, expunham o poder que acreditavam ser-lhes inerente. Tal esforço nos faz crer que havia forte interesse dos militares, no momento em que ocupavam o poder, em reconhecer os investimentos de Barroso e, sobretudo, em ostentar poder. Assim, é possível que as instituições militares tenham assumido uma participação ativa no funeral como uma estratégia de autopromoção, afinal, Barroso era um autor relativamente conhecido e com uma produção abundante. A transladação parece ainda mais adornada do ponto de vista simbólico. Tal investimento nos leva a considerar a hipótese de que, ao mobilizar suas forças e seu aparato simbólico, as instituições militares estabelecidas no poder louvavam a si mesmas.

A esse respeito, é importante recorrer à investigação conduzida por David Cannadine sobre os rituais da monarquia britânica – seus sentidos e suas transformações. Cannadine (2015, 190) demonstra que, embora os britânicos se considerem bons organizadores de rituais, “porque sempre o foram”, as provas históricas atestam o contrário. Na verdade, novos rituais foram inventados e as antigas cerimônias foram adaptadas, de maneira a proporcionar a impressão de “estabilidade em períodos de mudanças internas, e de continuidade e conforto em tempos de tensão e declínio internacional” (Cannadine 2015, 190).

Por essa via de análise, ao organizar o cerimonial de transladação, seis anos após o falecimento de Barroso, as Forças Armadas poderiam ambicionar trazer à lembrança uma figura que estivesse um pouco esquecida. Nessa perspectiva, Barroso representaria um alicerce que precisava ser cultivado, afinal, naqueles primeiros momentos do governo militar, poderia ser interessante divulgar um autor cuja obra constituía um elogio às Forças Armadas, tornando-se necessário reavivá-la. Talvez, as forças políticas instituídas, por carecerem de legitimidade, almejassem despertar alguma forma de apoio popular, a partir da popularidade de determinadas personalidades que lhes eram favoráveis.

Esse “contrato simbólico”, em que o poder instituído era reafirmado à medida em que evocava a memória do autor, poderia ser uma explicação para a disponibilidade de Castelo Branco para ir à Fortaleza e interromper o seu “descanso e visita a parentes” para “assistir a chegada dos restos mortais do escritor”⁵⁰. O que se percebe nos jornais do período é uma tentativa constante de enaltecer a figura de Barroso anos após a sua morte. Além das matérias jornalísticas reconstituindo positivamente sua biografia, alguns eventos foram organizados pelas instituições das quais Barroso fizera parte, contribuindo para essa evocação memorialística.

⁵⁰ *A Gazeta Esportiva*, 27 de dezembro de 1965.

Na historiografia militar, Barroso foi reconhecido como uma importante referência pelo General Francisco de Paula Cidade, diretor da *Revista Militar Brasileira*, que, em sua obra “Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira”, publicada em 1959, considerou Gustavo Barroso como “um velho historiador e apaixonado de nossas glórias militares” (Cidade 1998, 526). Segundo Paula Cidade, o maior mérito de Barroso seria a criação do Museu Histórico Nacional, “onde os estudiosos encontram coleções que são únicas em nosso país” e que incluem armamentos usados em “todas as nossas guerras do passado” (Cidade 1998, 526). O Museu que “ele criou, quase sem o auxílio do tesouro”, configurava uma “obra magnífica” que, aos seus olhos, era, “na sua parte militar, superior ao famoso Museu Militar de Madrid” (Cidade 1998, 526).

Ainda conforme Paula Cidade, outra importante contribuição de Barroso foi o livro “Uniformes do Exército Brasileiro”, estudo das “sucessivas transformações de nosso Exército”, trabalho que “antes e depois dele outros já tentaram realizar, sem que até hoje se possa considerar completa” (Cidade 1998, 526). Mais importante do que a parte atinente aos uniformes, o essencial do livro seria o “estudo das tradições e do espírito utilitário ou de imitação, que presidiu à introdução em nosso Exército de determinado tipo de uniforme” (Cidade 1998, 526). Dessa maneira, Barroso acabou por produzir “um trabalho excelente, pois fixou orientações gerais e particularidades” (Cidade 1998, 526). Essas interpretações a respeito da obra de Barroso permaneceram nas edições sucessivas do livro de Paula Cidade, contribuindo para que Barroso permanecesse como um autor respeitado no âmbito das Forças Armadas.

No começo dos anos 2000, a Editora da Biblioteca do Exército publicou uma nova edição da obra “História Militar do Brasil” (originalmente publicada em 1938), o que demonstra a permanente acolhida de sua produção entre os militares. É curioso notar que, nessa mesma época, o Programa Editorial Casa José de Alencar, mantido pela Universidade Federal do Ceará, reeditou as biografias de militares produzidas por Barroso, como parte da Coleção Alagadiço Novo. A proposta desse projeto, idealizado por Antônio Martins Filho, foi reproduzir trabalhos de autores cearenses, iniciando com a edição e publicação de “Iracema”, de José de Alencar, em 1983. A Coleção foi encerrada com a veiculação de “O povoamento da solidão”, de José Costa Matos, no ano de 2002.

Ao todo, foram produzidos 308 livros pela Imprensa Universitária, o que nos leva a considerar a pertinência dos estudos de Barroso em outros espaços, para além daqueles estritamente militares. Se a inserção do nome de Barroso nessa coleção se devesse ao fato de se tratar de um autor nacionalmente reconhecido, cuja produção contemplava temáticas cearenses, a escolha dos livros de “sociologia sertaneja”, como “Terra de Sol” ou “Ao Som da Viola”, seriam mais compreensíveis. Contudo, a preferência pela reimpressão das biografias militares nos permite

considerar que sua historiografia militar ainda possui um público leitor, formado não apenas por militares.

A coletânea “Nova História Militar Brasileira”, organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay e publicada em 2004, apresentou um conjunto de textos com um olhar mais atento às relações entre as instituições militares e as demais esferas da sociedade. Segundo os autores, o que atualmente é considerado como história militar tradicional, “os estudos minuciosamente documentados das instituições, guerras, campanhas, batalhas e táticas, apareceu pela primeira vez no Brasil nos anos 1890, alcançando seu apogeu na primeira metade do século XX” (Castro *et al.* 2004, 13). Este seria o “território de historiadores militares e, ocasionalmente civis” que, durante as décadas de 1910 e 1920, foram atraídos pelos “aspectos românticos e patrióticos da história militar” (Castro *et al.* 2004, 15). Entre esses autores, foi incluído Gustavo Barroso, “a quem o Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro deve a sua enorme coleção de *militaria*”, autor que “publicou uma série de histórias anedóticas das campanhas militares, além de uma *História militar do Brasil*, assim colaborando também para a ressurreição de antigas tradições militares” (Castro *et al.* 2004, 15).

Nesse sentido, é interessante notar que, apesar das transformações historiográficas ocorridas nas últimas décadas, que colocaram em foco setores das Forças Armadas percebidos como subalternos até então, como os homossexuais e as mulheres, a produção de Barroso passou por reedições significativas, apesar de seu viés assumidamente tradicional. Por essa via, cumpre refletir acerca da continuidade de determinadas visões de mundo disseminadas por Barroso no imaginário social. Vale ressaltar a retomada de valores conservadores por determinadas instâncias da sociedade brasileira nos últimos anos, especialmente entre segmentos religiosos que promovem um discurso voltado para a moralidade e a ordem social. Tais setores se opõem às conquistas dos governos recentes, especialmente àquelas que contemplam a diversidade sexual e a afirmação das mulheres. Entre as Forças Armadas, historicamente comprometidas com a ordem e a hierarquia, a situação não é diferente.

Na véspera do julgamento do pedido de habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal, o General Eduardo Villas Bôas, ocupante do posto mais alto do Exército, teceu comentários de “repúdio à impunidade e de respeito à Constituição”⁵¹. A mensagem foi postada na página do militar no *Twitter* e recebeu apoio e manifestações públicas de cinco generais da ativa em diferentes partes do país. Entre os apoiadores estava o comandante da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, no Amazonas, o General Cristiano Pinto Sampaio, que afirmou,

⁵¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 de abril de 2018.

em resposta a Villas Bôas: “como disse o consagrado historiador Gustavo Barroso, ‘todos nós passamos. O Brasil fica. O Brasil é eterno. E o Exército deve ser o guarda vigilante da Eternidade do Brasil’”. A citação foi retirada do artigo “Esquematização da História Militar Brasileira”, publicado em 1941, nos *Anais do Museu Histórico Nacional*.

Conforme o jornalista Elio Gaspari, do jornal *Folha de São Paulo*, “não se conhece o grau de familiaridade do general Pinto Sampaio com a obra de Gustavo Barroso”⁵² e, ao que parece, a menção a Barroso chocou a opinião de parcela da sociedade devido ao passado integralista⁵³ e antissemita do escritor⁵⁴. É interessante perceber que, a despeito de seu posicionamento antissemita, rechaçado no pós-guerra, Barroso permanece como um autor cujas ideias são recuperadas de acordo com os interesses do presente. Nesse sentido, importa refletir acerca da ascensão da extrema direita e os diversos usos do passado que esse processo tem mobilizado.

Considerações Finais

Conforme Enzo Traverso (2019, 12), o surgimento da direita radical é uma das mais notáveis características de nosso momento histórico. Em 2018, oito países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia) elegeram governantes oriundos de partidos da extrema-direita, nacionalistas e xenófobos. Esses partidos também polarizaram a disputa política em três das maiores nações da União Europeia⁵⁵ e, com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba, tornou-se um fenômeno global. Conforme Levi e Rothberg (2018, 365), a expansão da extrema direita se manifesta de formas divergentes em todo o mundo e, por essa razão, é importante considerar a história mais profunda de crises e emergências que permitiu reivindicações autoritárias sobre o poder do Estado. Cumpre ressaltar que, desde os anos de 1930, o mundo ainda não havia experimentado um similar crescimento da direita radical, algo que desperta a memória sobre o fascismo, cujo “fantasma ressurgiu nos debates contemporâneos e reabriu a antiga questão da relação entre a historiografia e o uso público do passado” (Traverso 2019, 13).

⁵² *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de abril de 2018.

⁵³ *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 de abril de 2018.

⁵⁴ *Diário do centro do mundo*, 05 de abril de 2018.

⁵⁵ Na França, a *Frente Nacional* perdeu as eleições presidenciais de 2017, mas alcançou extraordinários 33,9% dos votos; na Itália, a *Liga do Norte* tornou-se a força hegemônica da direita ao criar um novo governo e marginalizar a *Força Itália* de Silvio Berlusconi; e na Alemanha o *Alternativa para a Alemanha* assumiu cadeiras no *Bundestag* em 2017 com quase 13% dos votos, resultado que enfraqueceu sobremaneira a Chanceler Angela Merkel e levou a *União Democrática Cristã* (CDU) a renovar sua coalisão com o *Partido Social Democrata* (SPD).

As diferenças entre esses novos movimentos e os seus antepassados dos anos 1930 são notáveis, embora qualquer tentativa de compreensão desse novo fenômeno deva necessariamente levar em consideração o período do entreguerras. Dessa forma, Traverso optou por definir o momento atual como um período de *pós-fascismo*, conceito que enfatiza sua particularidade cronológica e o localiza em uma sequência histórica marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação. Especialmente porque, no século XXI, o fascismo não terá a face de Mussolini, Hitler e Franco. Por outro lado, vale recordar “que há muitas formas de se destruir a democracia” e, nesse sentido, importa não esquecer a “lição fundamental da história do fascismo: que a democracia pode ser destruída a partir de dentro” (Traverso 2019, 13).

Dessa forma, embora o pós-fascismo não envolva a totalidade dos valores de seus ancestrais da década de 1930, convém atentar para sua pretensão de “preencher o vácuo aberto pela política reduzida ao impolítico” (Traverso 2019, 32). No Brasil, o “pós-fascismo” cresce não apenas pela forma cada vez mais conflituosa das relações políticas, mas fundamentalmente “por uma questão política substantiva, que inclui como é formulado o discurso” (Reis e Soares 2017, 55). A definição de inimigos como bodes-expiatórios, apontados como culpados por todos os males e que devem ser destruídos, é central. Entre os inimigos, evidentemente, está a esquerda, mas também toda política organizada institucionalmente, vista como precisando ser rompida. Como seus adeptos são mais mobilizados pelo lado emocional do que racional, o “pós-fascismo” tende a um forte anti-intelectualismo, a uma rejeição ao acumulado conhecimento acadêmico, que refuta suas teses (Reis e Soares 2017, 55).

A eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, coloca no centro do debate político esses valores historicamente defendidos pela extrema-direita, especialmente um forte personalismo, via idealização de sua liderança, em um discurso repetitivo. Embora o ex-presidente da República seja um capitão reformado há 30 anos e com uma trajetória de insubordinação nas Forças Armadas, ele afirma ser o representante dessa ala política no poder. No discurso proferido durante o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, Bolsonaro recordou o seu passado de militância durante a Ditadura Militar ao saudar o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido por ser um torturador implacável. O evento, que demonstra a fragilidade das instituições democráticas brasileiras, foi ovacionado por parcela da sociedade que tem expressado saudade dos “anos de Chumbo”.

Para além do caráter marcadamente fascista dessa questão - uma vez que a idealização do passado é um de seus matizes - vale ressaltar a importância das Forças Armadas no imaginário político brasileiro. Nesse sentido, é possível considerar que a obra de Barroso venha a passar por releituras no presente, marcado pela ascensão de forças políticas de tendência fascista e,

especialmente, pelo protagonismo que as Forças Armadas assumiram no atual momento histórico. No tocante à área de museus, é importante chamar a atenção para o fato de que, recentemente, o Museu Histórico Gustavo Barroso, estabelecido nas dependências do Colégio Militar de Fortaleza, obteve recursos para revitalização de seu prédio e de suas estruturas⁵⁶.

A trajetória integralista de Gustavo Barroso tem sido revisitada nas últimas décadas, assim como seus textos de caráter antissemita. A esse respeito, destacamos a reedição do livro *Brasil, Colônia de Banqueiros*, em 2007, pela Frente Integralista Brasileira (FIB), considerada como “o maior, mais organizado e ativo entre os três grupos neointegralistas surgidos após o congresso de 2004” (Caldeira Neto e Gonçalves 2020, 171). A obra veio a público com uma introdução escrita por Marcelo Silveira, então presidente da FIB, defensor da proposta de criação das brigadas integralistas - uma espécie de milícia da FIB que teria Gustavo Barroso como seu patrono. No ano de 2013 foi divulgada a iniciativa de fundação de um grupo neofascista, o Frente Nacionalista, que seria transformado em um partido político. Conforme Caldeira Neto e Gonçalves (2020, 185), o evento de fundação seria um “festival com bandas *skinheads*, chamado *Dezembrada*, e que reunia grupos que homenageavam Gustavo Barroso e utilizavam o *Sigma* como emblema”.

Tal evento foi proibido pelo Ministério Público do Paraná devido à apologia ao fascismo, ao antissemitismo e ao discurso de ódio, contudo, a radicalização política ocorrida nos anos seguintes favoreceu a disseminação de ideais antissemitas, especialmente endossados por Jair Bolsonaro. O ex-presidente apresentou sinais de aproximação com o antissemitismo e o nazifascismo em mais de uma ocasião (Gomes 2020). Nos discursos de Bolsonaro, para além de seus subterfúgios retóricos, é possível identificar elementos clássicos do *judeu imaginário* ou do *judeu internacional* (Pszczol e Vaitsman 2020, 21), idealizados por Barroso como responsáveis pela variedade de problemas presentes no país. Conforme temos tentado evidenciar, na memória nacional, a memória de Barroso foi evocada por prismas distintos e, contraditoriamente às expectativas tecidas nas últimas décadas, a reedição de suas obras vem demonstrando que suas tonalidades conservadoras ainda encontram um público leitor.

⁵⁶ O Museu Histórico Escolar Gustavo Barroso foi instituído em 1º de junho de 1964, pelo Coronel Raimundo Telles Pinheiro, nas dependências do Colégio Militar de Fortaleza, estabelecido no mesmo prédio em que funcionou a mais antiga escola de formação superior militar da capital. O museu está subordinado ao Comando do Exército e seu acervo é composto por itens do universo militar. Conforme Regina Cláudia da Silva, a “escolha do nome do museu homenageou o mais reconhecido cearense na área da museologia” e “não bastasse ser um escritor de primeira grandeza, com vasta obra publicada, era reconhecidamente um apaixonado pelas Forças Armadas” (Silva 2012, 221). Além disso, “à época, faziam-se cinco anos de sua passagem e este deve ter sido mais um motivo para escolher tão nobre cearense para patrono do museu do Colégio Militar de Fortaleza” (Silva 2012, 221). Recentemente, foi aprovado um projeto de revitalização do museu junto ao Ministério da Cultura, via lei Rouanet, a fim de ampliar e proporcionar nova estrutura ao espaço físico, modernizando-o e restaurando documentos históricos, como os boletins internos de 1919 a 1939.

Referências bibliográficas:

Almeida, Adilson José. “Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852). A Indumentaria na Organização e Funcionamento de uma Instituição Armada”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

Barroso, Gustavo. *Uniformes do Exército Brasileiro, 1730-1922*. Aquarelas e documentação de J. Wasth Rodrigues. Texto organizado por Gustavo Barroso. Publicação Oficial do Ministro da Guerra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Paris: Ferroud, F. Ferroud, 1922.

Barroso, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

Barroso, Gustavo. “Esquematização da história militar do Brasil”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

Berkowicz, Clarice. *A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército brasileiro: 1937-1942*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

Bonafé, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

Cadernos de recortes de Jornais GB 01 (nov. 1907 a nov. 1910) a GB 41 (jul. a dez. 1954). Coleção Gustavo Barroso. Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Caldeira Neto, Odilon. Nação, História e Direita Radical: Partido Nacional Renovador (PNR) e Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona) em comparação. In: *Abordagens cruzadas no mundo atlântico: relações contemporâneas entre a Península Ibérica e a América*. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2019.

Caldeira Neto, Odilon. Neofascismo, "nova república" e a ascensão das direitas no Brasil. In: *Conhecer: Debate Entre o Público e o Privado*, 10, (2020): 120 - 140.

Caldeira Neto, Odilon, e Leandro Pereira Gonçalves. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

Cannadine, David. “Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a invenção da tradição”. Em *A Invenção das Tradições*. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

Castro, Celso [et al]. *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Cerqueira, Erika Morais. *Uma Pedagogia da História pelo Afeto: Gustavo Barroso e os diversos usos do passado*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

Cidade, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

Catroga, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.

Da Matta, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Gomes, L. R. “Autoritarismo de múltiplas faces no Brasil: antissemitismo, bolsonarismo e educação”. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, jan./dez. 2020.

Gonçalves, João Felipe. “Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República”. *Estudos Históricos*, 2000.

Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. “Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano”. Em *Mitos projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. SOIHET, Rachel [et al]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2009.

Marcelino, Douglas Attila. *O corpo da nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.

Molina, Ana Heloisa, e Helena Ragusa. “Os novos contornos do antissemitismo, a construção de imaginários pela mídia no Brasil e a escrita da História: singularidades e perigos”. In: *Saeculum – Revista de História*, 25, n. 43, (2020): 361-379.

Pszczol, Eliane, e Heliete Vaitsman (org.). *Antissemitismo, uma obsessão: argumentos e narrativas*. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2020.

Reis, Guilherme Simões, e Giovanna Soares. “O Fascismo no Brasil: o ovo da serpente chocou”. *Desenvolvimento em Debate*. 5, n.1, (2017): 51-71.

Rothberg, Michael, e Neil Levi. “Memory studies in a moment of danger: Fascism, postfascism, and the contemporary political imaginary”. *Memory Studies*, 11, (2018): 355-367.

Siqueira, Graciele. “História e Trajetória da Formação em Museologia através do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional - MHN - 1932/1978”. *Cadernos Tramas da Memória*, Fortaleza: INESP, 2011.

Traverso, Enzo. “Do Fascismo ao Pós-Fascismo”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 13, n. 2, (2019).

Recebido: 19 de fevereiro de 2023

Aprovado: 22 de abril de 2023